



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Documento de sessão

5.12.2012

B7-0545/2012

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração da Vice-Presidente da Comissão /
Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de
Segurança

nos termos do artigo 110.º, n.º 2, do Regimento

sobre a situação na Ucrânia
(2012/2889(RSP))

**Libor Rouček, Marek Siwiec, Kristian Vigenin, Bogusław Liberadzki,
Norbert Neuser, Juan Fernando López Aguilar**
em nome do Grupo S&D

RE\921428PT.doc

PE502.551v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

B7-0545/2012

**Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Ucrânia
(2012/2889(RSP))**

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções e relatórios, em particular a de 1 de dezembro de 2011, que contém as recomendações do Parlamento Europeu ao Conselho, à Comissão e ao SEAE sobre as negociações relativas ao Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia¹ e a de 24 de maio de 2012, sobre a situação na Ucrânia e o processo de Iulia Timoshenko²,
- Tendo em conta as eleições para o Verkhovna Rada (Parlamento ucraniano) da Ucrânia, que tiveram lugar em 28 de outubro de 2012,
- Tendo em conta a conclusão das negociações entre a UE e a Ucrânia sobre o Acordo de Associação, incluindo a zona de comércio livre abrangente e aprofundada,
- Tendo em conta o Plano de Ação UE-Ucrânia sobre a liberalização do regime de vistos, adotado em 22 de novembro de 2010, e os progressos alcançados até à data na sua implementação,
- Tendo em conta o relatório intercalar sobre a Política Europeia de Vizinhança (PEV) na Ucrânia, publicado em 15 de maio de 2012,
- Tendo em conta as conclusões do Conselho de Cooperação EU-Ucrânia, de 15 de maio de 2012, em particular os dois relatórios adotados sobre a aplicação da Agenda de Associação,
- Tendo em conta a publicação das primeiras constatações e das conclusões da missão internacional de observação das eleições legislativas, de 29 de outubro de 2012, na Ucrânia,
- Tendo em conta a declaração do seu Presidente, de 29 de outubro de 2012, sobre o desenrolar e os resultados das eleições legislativas na Ucrânia,
- Tendo em conta as declarações conjuntas da Vice-Presidente/Alta Representante Catherine Ashton e do Comissário Štefan Füle, em particular a de 13 de novembro de 2012, sobre as eleições legislativas na Ucrânia,
- Tendo em conta o relatório da delegação "ad hoc" do Parlamento Europeu de observação das eleições legislativas na Ucrânia, apresentado na reunião da Comissão dos Assuntos Externos, em 6 de novembro de 2012,
- Tendo em conta o relatório apresentado por Aleksander Kwasniewski e Pat Cox ao

¹ Textos aprovados, P7_TA(2011)0545.

² Textos aprovados, P7_TA(2012)0221.

Parlamento Europeu, em 2 de outubro de 2012, sobre os resultados dos seus trabalhos enquanto observadores no julgamento dos processos instaurados contra Iulia Timoshenko e Iuri Lutsenko,

- Tendo em conta a Declaração Conjunta da Cimeira de Varsóvia sobre a Parceria Oriental, de 30 de setembro de 2011,
 - Tendo em conta o n.º 2 do artigo 110.º do seu Regimento,
- A. Considerando que, na Cimeira UE-Ucrânia realizada em 2011, em Kiev, reconheceu-se que a Ucrânia constitui um país europeu que partilha a História e os valores comuns com os países da União Europeia;
- B. Considerando que o desempenho da Ucrânia no domínio dos direitos humanos, o seu respeito pelas liberdades cívicas e liberdades fundamentais e pelo Estado de direito, com a incorporação de processos judiciais justos, imparciais e independentes, e a ênfase colocada nas reformas internas assumem importância fulcral para o desenvolvimento das relações entre a União Europeia e a Ucrânia;
- C. Considerando que, nas suas primeiras constatações e conclusões, a OSCE/ODIHR tomou nota do facto de estas eleições se terem caracterizado pela ausência de condições equitativas devido sobretudo à utilização abusiva de recursos administrativos, pela falta de transparência no financiamento da campanha e dos partidos e pela ausência de uma cobertura mediática equilibrada;
- D. Considerando as declarações contraditórias apresentadas pelos vários observadores internacionais sobre o desenrolar e os resultados destas eleições legislativas; considerando que o antigo presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE), , Mevlut Cavusoglu, lançou dúvidas sobre a declaração emitida conjuntamente pelos dois chefes de missão da PACE/OSCE, aduzindo que as declarações políticas obnubilaram os resultados concretos durante a observação;
- E. Considerando que a Cimeira UE-Ucrânia de dezembro de 2011, que deveria ter sido conducente à assinatura do acordo de associação, ficou aquém dos objetivos almejados devido à apreensão da UE em relação à situação política na Ucrânia, em particular a detenção e o julgamento dos líderes da oposição, Iulia Timoshenko e Iuri Lutsenko;
- F. Considerando que a Vice-Presidente/Alta Representante Catherine Ashton e o Comissário Štefan Füle declararam que a avaliação final das recentes eleições legislativas estava dependente da evolução pós-eleitoral e salientaram que a cooperação bilateral continua a alicerçar-se no respeito por valores comuns;
- G. Considerando que o enviado especial do Parlamento Europeu, Aleksander Kwasniewski, advertiu contra tentativas de isolamento da Ucrânia por serem propícias à criação de condições favoráveis a não democráticas;
- H. Considerando que o antigo Presidente da Polónia, Aleksander Kwasniewski, e o antigo Presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, foram designados como enviados do Parlamento Europeu para acompanharem o processo judicial que impende sobre a líder da

oposição Iulia Timoschenko, que se encontra detida;

- I. Considerando que a nova lei eleitoral, adotada em novembro de 2011, por uma esmagadora maioria constitucional no Parlamento da Ucrânia, nomeadamente pela coligação no poder e pela oposição parlamentar, reintroduz um sistema eleitoral misto;
- J. Considerando que, a despeito das preocupações concitadas pela missão internacional de observação de eleições, os partidos da oposição granjearam um resultado esmagador nestas eleições legislativas; considerando que os resultados destas eleições, nomeadamente a entrada de dois novos partidos no Verkhovna Rada (Parlamento ucraniano) evidenciam que o povo da Ucrânia estava ciente do vasto leque de alternativas em termos de partidos e programas e pode tirar as suas conclusões com base na credibilidade das respetivas campanhas partidárias;
- K. Considerando que, a despeito desta constatação, foram suscitadas preocupações quanto ao desenrolar do processo pós-eleitoral, eivado de irregularidades, atrasos na contagem dos votos e falta de transparência nas comissões eleitorais;
- L. Considerando que a União Europeia continua empenhada em relação aos seus compromissos para com a Ucrânia, nomeadamente em matéria de associação política e económica; considerando que é necessária uma ação rápida e determinada do governo e de todas as outras autoridades estatais relevantes na Ucrânia tendo em vista consolidar as credenciais democráticas do país, a fim de garantir o aprofundamento das relações entre a UE e a Ucrânia;
 1. Salienta que uma cooperação efetiva entre a Ucrânia e a União Europeia só pode ser desenvolvida com base numa vontade clara das autoridades ucranianas de introduzir e executar as reformas necessárias, em especial a reforma do sistema jurídico e judicial, visando uma adesão plena aos princípios da democracia e de respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, dos direitos das minorias e do Estado de Direito; apela às instituições da União Europeia, ao Conselho da Europa e à sua Comissão de Veneza para que concedam um apoio ativo e eficaz a este processo de reforma;
 2. Saúda o facto de as eleições legislativas na Ucrânia, realizadas em 28 de outubro de 2012, se terem desenrolado de forma legítima e regular, que, a despeito de alguns problemas isolados, excederam, em larga medida, as expectativas da maior parte dos críticos; assinala, porém, que a missão internacional de observação eleitoral destacou a ausência de condições equitativas durante estas eleições;
 3. Toma nota do facto de a campanha eleitoral ter sido visível e dinâmica em todo o território, nomeadamente nas zonas urbanas, e de ter decorrido num ambiente competitivo na maior parte do país; regozija-se, neste contexto, com a elevada afluência às urnas em toda a Ucrânia;
 4. Assinala, em particular, que com a entrada de dois novos partidos no Verkhovna Rada os eleitores puderam efetivamente fazer as suas escolhas de entre um vasto leque de candidatos e partidos e tiveram a oportunidade de exercerem livremente o seu direito de voto no dia das eleições; assinala, porém, que o verdadeiro vencedor destas eleições parlamentares foi o povo ucraniano que exerceu o seu direito de voto e expressou

claramente a sua vontade política;

5. Manifesta a sua apreensão quanto à utilização abusiva de recursos administrativos e ao sistema de financiamento da campanha, que ficou aquém das normas internacionais definidas pelo Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO); exorta o novo governo a continuar a reforçar as disposições legislativas relativas ao financiamento partidário, a fim de instaurar uma maior transparência a nível do financiamento e das despesas e de assegurar a divulgação das fontes e dos custos das campanhas e a aplicação de sanções em caso de violação das disposições em matéria de financiamento de campanhas;
6. Toma nota do facto de a nova lei eleitoral ter sido portadora de inovações positivas em relação ao ambiente mediático, incluindo novas disposições relativas ao direito dos eleitores a informações pluralistas, objetivas e imparciais e a uma cobertura equilibrada; lamenta, porém, que os principais partidos políticos tenham despendido montantes avultados na cobertura mediática, ao passo que a cobertura da campanha se afigurou circunscrita, o que tornou estas disposições menos pertinentes;
7. Manifesta a sua apreensão em relação aos problemas relacionados com a contagem dos votos e o apuramento dos resultados numa série de circunscrições uninominais; regozija-se com a decisão da Comissão Eleitoral Central de não proclamar os resultados destas circunscrições e com o facto de as autoridades ucranianas terem adotado medidas visando a realização de novas eleições nestas circunscrições com a brevidade possível;
8. Assinala que, embora a administração do processo eleitoral, assegurada pela Comissão Eleitoral Central, tenha gerido os aspetos técnicos do processo de forma profissional, a oposição levantou dúvidas sobre a falta de transparência e o processo de nomeação das comissões eleitorais distritais e das comissões eleitorais descentralizadas e, em particular, em relação à representação de alguns partidos técnicos;
9. Saúda a decisão do Verkhovna Rada de criar uma comissão de inquérito parlamentar incumbida de investigar os problemas que ocorreram durante estas eleições e as violações da lei eleitoral;
10. Exorta o governo e o parlamento recém-eleito da Ucrânia a darem início imediato à revisão da lei eleitoral para as eleições presidenciais de 2015; insiste em que, neste contexto, sejam tidas plenamente em conta as recomendações formuladas pela Comissão de Veneza e pela OSCE/ODIHR ; exorta todas as forças políticas a envidarem esforços conjuntos para introduzir as melhorias necessárias ao processo eleitoral na Ucrânia;
11. Toma nota das declarações do Presidente e do Primeiro-Ministro da Ucrânia condenando as violações da lei eleitoral; saúda as respetivas declarações de acordo com as quais as autoridades responsáveis pela aplicação da lei são chamadas a investigar todos os casos de violação ocorridos durante o processo eleitoral;
12. Exorta com veemência as autoridades ucranianas a encontrarem, conjuntamente com os enviados do Parlamento, Aleksander Kwasniewski e Pat Cox, uma solução razoável e justa para o caso Timoshenko; insta o governo da Ucrânia a respeitar e a implementar as decisões finais do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre o processo pendente de

Iulia Timoshenko;

13. Regozija-se com o facto de o recém-eleito Verkhovna Rada estar empenhado em tornar a integração europeia da Ucrânia uma prioridade da política externa do país;
14. Está convicto de que, na sequência das eleições legislativas, a Ucrânia e a UE envidarão todos os esforços para retomarem, de forma positiva e construtiva, as relações bilaterais de alto nível, tendo em vista o êxito da Cimeira da Parceria Oriental que terá lugar em Vilnius;
15. Destaca a importância estratégica e económica do acordo de associação e da ZCLAA para a Ucrânia e para a União Europeia, apelando, por conseguinte, para que estes acordos sejam assinados com a brevidade possível; recorda que o alinhamento político, económico e regulamentar com a UE constitui o quadro político mais eficaz para promover o bem-estar de todos os cidadãos da Ucrânia;
16. Exorta o Presidente, o governo e o parlamento da Ucrânia a prosseguirem e a intensificarem o processo de modernização e de alinhamento em relação às normas da União Europeia, tornando este processo irreversível; salienta que deve ser dada prioridade às reformas relacionadas com a democratização das estruturas e instituições estatais e com os processos judiciais e jurídicos e às reformas da economia, nomeadamente a nível da luta contra a corrupção;
17. Reafirma o seu apoio inabalável às aspirações europeias do povo ucraniano, nos termos do artigo 49.º, sublinhando, porém, que este artigo estipula que os países candidatos respeitem os valores fundadores da União, incluindo a democracia e o Estado de Direito;
18. Assinala que uma cooperação estreita entre a Ucrânia e a União Europeia constitui a melhor forma de concretização de muitas destas reformas; salienta que a associação já negociada viabiliza um quadro propício a uma cooperação mais estreita;
19. Apela veementemente à VP/AR Catherine Ashton e Comissário Stefan Füle para que reforcem o empenhamento da UE em relação à Ucrânia e continuem a endividar esforços para explorar ao máximo as potencialidades das relações entre a UE e a Ucrânia em benefício dos cidadãos da Ucrânia e da UE, assegurando nomeadamente progressos contínuos no diálogo em matéria de liberalização de vistos;
20. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Estados-Membros, ao Presidente, ao Governo e ao Parlamento da Ucrânia e às Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa e da OSCE.